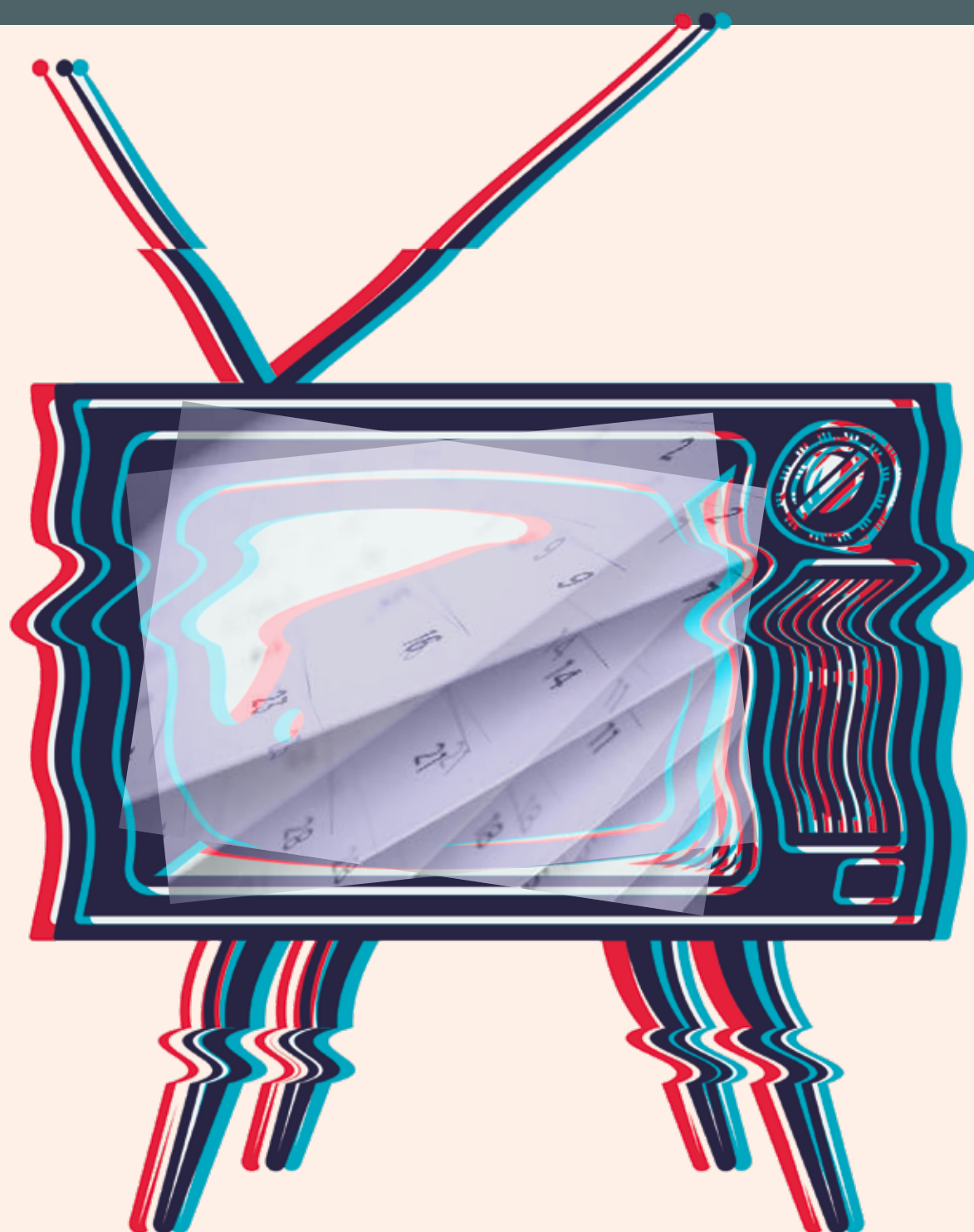




ESPERANÇA
Ministro Fachin, do Supremo Tribunal, deferiu liminar que impede a intervenção do governo na escolha dos reitores das universidades federais. Decisão final caberá ao Plenário
Página 8

DUAS CHAPAS DISPUTAM ELEIÇÃO DO ANDES EM NOVOBRO. PARTICIPE!

Página 6



FIM DA NOVELA

UFRJ define calendário acadêmico

Após quatro meses de debates e sete de pandemia, a universidade definiu o calendário de 2020. O primeiro começa em 30 de novembro e acaba em 6 de março de 2021. Haverá apenas 15 dias de intervalo entre os períodos. O final não foi feliz para estudantes e técnicos. Eles queriam semestres maiores. A AdUFRJ fez recurso para ampliar as férias, mas perdeu no Consuni.

EDITORIAL

SINAL DE ALERTA

DIRETORIA

O triplo ataque do governo, com a nomeação de reitores sem representatividade, cortes orçamentários e reforma administrativa, se for bem-sucedido irá desfigurar completamente a universidade pública brasileira. Mas, aqui e ali surgem indicativos de que o jogo ainda está sendo jogado e que precisamos armar melhor o time e afinar a nossa estratégia, colocando em campo nossos melhores jogadores e convocando a torcida para fazer aquela pressão. Até um improvável juiz parece querer agora apitar a nosso favor.

A impressão é que estamos diante de um inimigo poderoso, mas com uma política de efeitos tão devastadores que nos parece impossível de ser implantada. Isso explica um pouco da nossa dificuldade em armar um enfrentamento mais decisivo: um misto de cansaço, descrença e alguma confiança de que o pior não vai acontecer, e que sairemos dessa, como de outras vezes. Não deixa de ter uma certa sabedoria, em tempos difíceis como os de hoje, é preciso poupar energia e guardar o que nos resta para os momentos de decisão, aqueles que realmente importam. Mas não tenhamos dúvidas: se o campo ficar livre, eles vão partir para cima. Ao que tudo indica, a reforma administrativa é uma batalha para o ano que vem. A Lei Orçamentária para 2021 é urgente, e não podemos descuidar dela. Na verdade, nesse caso, a pauta principal é derrotar o chamado “teto de gastos”, que nada mais é do que uma grande mentira repetida de modo incansável até virar verdade. Desmantelar o Estado, e convencer a população de que ele é uma massa falida e impotente, é um recurso antigo, que de forma sistemática e insistente, garante a concentração de renda e a desigualdade social do país. Políticas

As discussões que foram travadas no CEG e na última sessão do Consuni podem nos deixar importantes lições, para que não percamos o fio principal que deve nos conduzir nesse momento. Muitas vezes, ganhar uma votação pode não ser o mais importante, principalmente quando o que nos espera logo ali são desafios ainda maiores. Mas a grande pergunta é: até onde cada um de nós está disposto a ceder para que se preserve inteiro o nosso tecido social?

de “austeridade” são invocadas, mas a resultante por aqui é sempre mais privilégios e mais sucateamento dos sistemas públicos de saúde e educação.

Num cenário de tal modo adverso, precisamos cuidar de nós mesmos. Não podemos nos entregar às batalhas internas como se fossem o nosso último gesto. As discussões que foram travadas no CEG e na última sessão do Consuni podem nos deixar importantes lições, para que não percamos o fio principal que deve nos conduzir nesse momento. Muitas vezes, ganhar uma votação pode não ser o mais importante, principalmente quando o que nos espera logo ali são desafios ainda maiores. Mas a grande pergunta é: até onde cada um de nós está disposto a ceder para que se preserve inteiro o nosso tecido social?

A AdUFRJ apresentou recurso ao Consuni, solicitando que, em caso de aprovação do parecer da Comissão de Ensino e Títulos, que endossava a proposta do CEG, fosse votado um destaque para acréscimo de uma semana no recesso entre 2020.1 e 2020.2. Isto porque o calendário não deixou espaço para as férias docentes, um direito legal. Pela proposta da seção sindical, haveria uma pequena alteração no início de 2021.1, que seria empurrado para 5 de julho. A justificativa, sustentada por parecer jurídico, é que esta semana a mais ajudaria na organização dos períodos e também possibilitaria que os docentes tirassem férias, mesmo que de maneira parcelada, no próximo ano. O colegiado se dividiu, mas negou a mudança por apertados 21 votos a favor, 26 contra e 3 abstenções.

O conselheiro Igor Alves Pinto, que é professor substituto e dá aulas para cerca de 300 estudantes, fez a apresentação formal do destaque e desabafou ao final

Consuni define que 2020.1 começa em 30 de novembro

> Segundo semestre vai de março a junho. Cada período terá 12 semanas, com um intervalo de apenas 15 dias entre eles. AdUFRJ apresentou recurso sobre férias, mas foi rejeitado

SILVANA SÁ
silvana@adufrrj.org.br

Por 39 votos favoráveis a 10 contrários, o Conselho Universitário definiu o calendário acadêmico para 2020 e para 2021.1. A reunião aconteceu na quinta-feira (8). O colegiado reafirmou que as aulas serão remotas. As datas foram as mesmas anteriormente aprovadas pelo Conselho de Ensino e Graduação (CEG).

O primeiro período de 2020 começa em 30 de novembro e vai até 6 de março de 2021. O segundo semestre vai de 22 de março a 12 de junho. Já 2021.1 inicia em 28 de junho. Há diferenças de datas para os cursos da Faculdade de Medicina, para a Medicina Macaé e para o Colégio de Aplicação (veja quadro ao lado).

A AdUFRJ apresentou recurso ao Consuni, solicitando que, em caso de aprovação do parecer da Comissão de Ensino e Títulos, que endossava a proposta do CEG, fosse votado um destaque para acréscimo de uma semana no recesso entre 2020.1 e 2020.2. Isto porque o calendário não deixou espaço para as férias docentes, um direito legal. Pela proposta da seção sindical, haveria uma pequena alteração no início de 2021.1, que seria empurrado para 5 de julho. A justificativa, sustentada por parecer jurídico, é que esta semana a mais ajudaria na organização dos períodos e também possibilitaria que os docentes tirassem férias, mesmo que de maneira parcelada, no próximo ano. O colegiado se dividiu, mas negou a mudança por apertados 21 votos a favor, 26 contra e 3 abstenções.

O conselheiro Igor Alves Pinto, que é professor substituto e dá aulas para cerca de 300 estudantes, fez a apresentação formal do destaque e desabafou ao final

DATAS DEFINITIVAS DOS PERÍODOS REMOTOS

CALENDRÁRIO ACADÊMICO GERAL

PERÍODO	DATA	DURAÇÃO
PLE	24/8 a 16/11	12 semanas
Recesso	17/11 a 29/11	13 dias
2020.1	30/11/2020 a 06/03/2021	12 semanas
Recesso	07 a 21/03/2021	15 dias
2020.2	22/03 a 12/06/2021	12 semanas
Recesso	13 a 27/06/2021	15 dias
2021.1	a partir de 28/06/2021	---

CALENDRÁRIO DOS CURSOS DA FACULDADE DE MEDICINA – RIO DE JANEIRO

PERÍODO	DATA	DURAÇÃO
2020.1	23/11/2020 a 23/01/2021	8 semanas
Atos acadêmicos	25 a 30/01/2021	5 dias
2020.2	01/02 a 05/05/2021	17 semanas
Atos acadêmicos	07 a 19/06/2021	13 dias
2021.1	21/06 a 16/10/2021	17 semanas
Atos acadêmicos	18 a 30/10/2021	13 dias
2021.2	01/11/2021 a 26/03/2022	17 semanas
Atos acadêmicos	28/03 a 2/04/2022	6 dias
2022.1	04/04 a 30/07/2022	17 semanas

CALENDRÁRIO CURSOS DE MEDICINA E FISIOTERAPIA MACAÉ

PERÍODO	DATA	DURAÇÃO
2020.1	23/11/2020 a 06/02/2021	12 semanas
Recesso	07 a 17/02/2021	10 dias
2020.2	18/02 a 16/06/2021	17 semanas
Recesso	17 a 20/06/2021	5 dias
2021.1	21/06 a 16/10/2021	17 semanas
Recesso	18 a 30/10/2021	13 dias
2021.2	01/11/2021 a 26/03/2022	17 semanas
Recesso	28/03 a 2/04/2022	6 dias
2022.1	04/04 a 30/07/2022	17 semanas

CALENDRÁRIO COLÉGIO DE APLICAÇÃO

SÉRIES	DATA
Educação Infantil ao 2º ano do Ensino Médio	14/9 a 18/12/2020 e de 19/01 a 5/4/2021
3º ano do Ensino Médio	9/9 a 18/12/2020 e de 5 a 22/01/2021

da votação. “Espero que a gente tenha tomado a decisão correta, porque quem sofre os prejuízos somos todos nós. A proposta do jeito que foi colocada dá insegurança jurídica à universidade. Essa defesa que fiz dessa uma semana a mais eu acho vital para garantir a saúde das pessoas. Eu

sou professor substituto, com 16 horas de aula. Eu vou preparar aula no meu recesso, eu não vou ter recesso. E imagino que essa vai ser a realidade da maior parte das pessoas”, protestou.

DEBATE

A estudante Julia Vilhena apre-

sentou proposta alternativa, defendendo 14 semanas letivas em cada período com recesso de três semanas entre os semestres. “Se todos concordam que o PLE é um período de experimentação, como é possível aprovar períodos regulares com a mesma quantidade de semanas do

PLE?”, questionou a aluna

Para o professor Walter Sue-mitsu, decano do CT, é preciso avaliar o PLE. “Infelizmente não tivemos esse tempo, pressionados pelo ingresso dos nossos alunos do SISU. Talvez uma semana a mais entre os períodos fosse boa para termos essa avaliação”, defendeu o docente. Ele também ponderou sobre a redução dos semestres letivos. “Disciplinas básicas têm muito conteúdo. Não é toda disciplina que dá para reduzir para 12 semanas”

Cristina Miranda, vice-diretora do Colégio de Aplicação, informou que já há docentes adocendo com a sobrecarga provocada pelas atividades remotas. “Já temos três pedidos de licença-médica. O ensino remoto é muito mais difícil que o presencial. Embora eu tenha assinado o parecer da CET, eu concordo com o pleito de ampliação dos períodos e também com o pleito da AdUFRJ de ampliar o intervalo do recesso”, afirmou a docente.

A bancada de técnicos-administrativos apoiou a proposta estudantil. “Um período letivo maior com período maior de descanso é importante para a saúde de todos. No entanto, é preciso dizer que esta proposta já é rebaixada. Querer que rebaixe ainda mais não é razoável”, criticou Francisco de Paula.

No entanto, os decanos do CCS, CCMN e CFCH defenderam a proposta do CEG. “Não podemos mais adiar a decisão do calendário. Estamos fazendo o melhor e o que é possível neste momento”, disse o professor Luiz Eurico Nasciutti, do CCS.

O decano Marcelo Corrêa e Castro, do CFCH, afirmou ser necessário “defender a legitimidade do CEG”. “Vou votar na proposta do CEG porque resulta de um esforço enorme de capilarização e democratização da discussão”, disse.

IMAGEM DA SEMANA

A PIADA DA VEZ: BOLSONARO DIZ QUE CORRUPÇÃO ACABOU E CANDIDATO FRAUDA LATTES

Na mesma semana em que o presidente Jair Bolsonaro afirmou ter acabado com a Lava-Jato porque em seu governo não há corrupção, o desembargador indicado por ele para assumir a vaga de ministro do Supremo Tribunal Federal foi pego mentindo no currículo. Kassio Nunes Marques afirmava ter cursado pós-graduação em “Contratación Pública”, na Universidade de La Coruña. A instituição espanhola, porém, negou que exista o curso. Bolsonaro quer que acreditemos que não há corrupção. Mas como acreditar num imaculado governo, se até os currículos acadêmicos são fraudados?



AGÊNCIA BRASIL

CEG DEFINE REGRAS PARA OS PRÓXIMOS PERÍODOS

No dia anterior, 7 de outubro, o CEG definiu as regras de transição entre o período letivo excepcional (PLE) e os períodos regulares de 2020. Foram sete horas de sessão até a conclusão da nova resolução. O documento aprovado pelo colegiado definiu que tanto 2020.1 quanto 2020.2 permanecerão em regime de ensino remoto. Aqueles estudantes que optarem por não aderir à modalidade remota de ensino terão preferência na efetivação das

inscrições quando a universidade retomar o ensino presencial.

Para o ano letivo de 2020, as unidades deverão oferecer o mesmo número ou maior número de vagas que as ofertadas ao longo de 2019. Fica facultado a cada unidade definir, de acordo com suas especificidades e demandas, esse quantitativo. O colegiado também definiu que não haverá reprovação por faltas enquanto durar o ensino remoto na universidade.

As atividades realizadas ao longo do PLE farão parte de 2020.1. Todos os estudantes que desejarem cursar remotamente o primeiro semestre letivo de 2020 deverão efetuar novas inscrições em disciplinas. Os prazos ainda não foram definidos. Haverá prioridade para quem já estava inscrito em março, antes da pandemia. A PR-1 alegou que não é possível manter as mesmas inscrições feitas no início do ano porque há professores que se

aposentaram e muitos substitutos que tiveram contratos descontinuados. Além disso, muitas disciplinas de 2020.1 foram ofertadas e cursadas no PLE.

A bancada estudantil apresentou diferentes proposições para garantir que os estudantes pudessem cancelar inscrições em disciplinas enquanto durassem os períodos letivos. “A pandemia não terminou, as condições de vulnerabilidade de muitos

estudantes permanecem as mesmas”, justificou a estudante Antonia Velloso.

Também houve propostas para que houvesse avaliação alternativa para estudantes que não conseguissem participar de provas síncronas; de que os períodos fossem condicionados à abertura e atendimento de mais estudantes em editais de políticas estudantis e inclusão digital; e para a permanência da Comissão Especial de Acompanhamento das Atividades Não Presenciais enquanto durar o ensino remoto na UFRJ. Apenas a última proposição foi aprovada.

FÉRIAS: ORIENTAÇÕES DA AdUFRJ AOS PROFESSORES

Nota da Redação: O documento foi divulgado no início da semana, antes da sessão do Conselho Universitário que definiu o calendário acadêmico da UFRJ (leia na página 3).

PREZADO PROFESSOR, PREZADA PROFESSORA,

Temos recebido muitas mensagens com dúvidas sobre a marcação de férias para 2021, pois as unidades já estão solicitando aos professores a confirmação das datas, embora o calendário aprovado pelo CEG ainda não tenha sido apreciado pelo CONSUNI. Do ponto de vista legal, é importante frisar, não existe nenhuma subordinação do período de férias ao período de recesso acadêmico. Por outro lado, também não há nenhum dispositivo legal que obrigue esse período ser de 30 dias corridos. Ele poderá ser dividido em até três partes. A rigor, não existe uma vinculação direta entre o calendário acadêmico e os nossos direitos trabalhistas. A escala de férias deve ser definida no âmbito do departamento, autorizada pela chefia imediata, e deve obedecer à necessidade de execução das nossas responsabilidades, sendo possível postergar sua concessão até o ano seguinte (ou seja, também não há a obrigatoriedade de gozar as férias ainda em 2021, poden-

do esta ser usufruída até dezembro de 2022). A UFRJ possui uma grande variedade no modo como são organizadas as disciplinas dos seus quase 200 cursos. Algumas funcionam por módulos, com mais de um docente responsável, ou tem sua carga horária concentrada. Diversos arranjos podem ser feitos, como o compartilhamento das disciplinas, e isso permite que muitos possam organizar suas férias de forma concomitante ao período letivo. Entretanto, em sua maioria, há uma sobrecarga permanente, e uma demanda maior do que o número de professores disponíveis para cada disciplina. Isso sem considerar os cursos novos que, em muitos casos, há apenas um docente responsável por determinada disciplina. Também é sabido que muitos de nós, por conta do envolvimento com a pós-graduação e seu calendário de defesas, não usufruímos os períodos de férias nas datas oficialmente marcadas, o que nos obriga a acordos para gozá-las em momento oportuno, o que não raro significa apenas alguns poucos dias de verdadeiro descanso. Foi por conta desse cenário que apresentamos um destaque em relação ao calendário acadêmico de 2020, a ser realizado



em 2021, que será votado na próxima sessão do CONSUNI. O calendário, que prevê a compressão do semestre em 12 semanas e apenas 15 dias para reiniciar as atividades do período seguinte, se for aprovado, irá dificultar enormemente os ajustes locais. Não se trata de reabrir toda a discussão no Consuni, uma vez que o CEG é o colegiado responsável pela elaboração da política de graduação na UFRJ, mas de permitir um ajuste para que ao menos se acrescente uma semana de recesso entre 2020.1 e 2020.2, que poderá ter um efeito não só apaziguador, como de repercussão pedagógica importante, pois reafirmamos que um intervalo entre as intensas

e compactadas atividades de ensino é também necessário para os estudantes. O tempo de decantação e elaboração das informações e do conhecimento novo é parte inseparável do processo de ensino-aprendizagem. Mesmo nesse cenário ainda por se definir, nada impede que sejam marcadas agora as férias, e que estas possam ser posteriormente ajustadas. Resaltamos ainda que é possível encontrar soluções e arranjos institucionais legais para que se garanta inclusive o direito ao período de férias nos primeiros dias de janeiro, reivindicação central para tantos de nós que temos uma sobrecarga de gastos nesse período e tradicio-

nalmente contamos com o recebimento do chamado 1/3 de férias e o adiantamento do 13º salário

Os tempos que estamos vivendo são difíceis, mas não precisamos ser piores do que se apresentam. Há soluções para reduzirmos os efeitos desse processo, desde que estejamos abertos ao diálogo e comprometidos com a qualidade de nosso trabalho. E os professores e as professoras da UFRJ não estão sozinhos nesse momento. Contam com os representantes da AdUFRJ de suas unidades, com a diretoria e com o nosso serviço jurídico para auxiliá-los nessa jornada.

Acreditamos que dessa forma alcançaremos alguma flexibilidade na implantação do nosso calendário, reconhecendo que não é a solução ideal, nem a desejada por nós, mas que pode mitigar as grandes e pesadas perdas que o longo período de pandemia nos tem imposto. Caso precise de ajuda e orientação, não hesite em nos procurar. Pelos e-mails: atendimentojuridico@adufrrj.org.br, secretaria@adufrrj.org.br e beline@adufrrj.org.br. Ou pelo WhatsApp AdUFRJ Jurídico (21) 99808-0672.

Saudações,
Profa. Eleonora Ziller Camenietzki
Presidente
AdUFRJ-SSInd

NOTAS



MORRE O PROFESSOR EMÉRITO EUSTÁQUIO PORTELLA NUNES

Professor emérito da UFRJ e membro titular da Academia Nacional de Medicina, o piauiense Eustáquio Portella Nunes Filho faleceu no último dia 6, aos 91 anos. Graduado pela Faculdade de Medicina da então Universidade do Brasil, tornou-se médico do Serviço Nacional de Doenças Mentais, aprovado em concurso público na primeira posição. Ex-diretor do Instituto de Psiquiatria (Ipub) e professor titular de Psiquiatria e Saúde Mental da Faculdade de Medicina da UFRJ, Eustáquio Portella também lecionou na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). O professor presidiu diversas federações e deixa uma farta bibliografia na área. A reitoria da UFRJ, a Associação Brasileira de Psiquiatria, o Conselho Regional de Medicina e o governo do Piauí emitiram notas de pesar.



UFRJ ANALISA DECLARAÇÃO ÉTNICO-RACIAL DE ALUNOS

Vice-presidente da AdUFRJ, o professor Felipe Rosa fez parte esta semana dos trabalhos da comissão de hetero-identificação da UFRJ, que analisa a condição étnico-racial afirmada pelos candidatos autodeclarados negros aos cursos de graduação. Um docente, um técnico e um estudante da comissão verificam a apresentação de cada estudante. "Foi gratificante participar desta iniciativa que ajuda a universidade a implementar o sistema de cotas para inclusão de grupos historicamente discriminados", afirmou Felipe. A atividade ocorreu de forma presencial, obedecendo às orientações sanitárias devido à pandemia, no mezanino do bloco A do Centro de Tecnologia, na Cidade Universitária. "Foi muito bem organizado, com distanciamento adequado e álcool em gel para todos", completou Felipe.



UNIVERSIDADE SE DESPEDE DE MARISA SILVA

Muito ligada à família, amiga alegre e profissional dedicada à UFRJ. Estas eram algumas características de Marisa Silva, que a universidade perdeu esta semana. A morte da funcionária técnico-administrativa, que trabalhou em diversas pró-reitorias ao longo da carreira, deixou uma lacuna na centenária instituição. Ex-pró-reitor de Pessoal, Roberto Gambine conviveu com Marisa e guarda lembrança dela como uma servidora com opiniões fortes. "Não era uma pessoa dissimulada. Pelo contrário", elogiou. Gambine também destacou o lado solidário da colega, que orientou muitos jovens funcionários por onde passou. "Era muito amiga. Numa época de muitos concursos, ela já veterana tinha uma ótima relação com os novos servidores, enturmava todo mundo", relatou o ex-dirigente.

O que será de 2020 nas outras universidades?

LIZ MOTA ALMEIDA
comunica@adufrrj.org.br

A definição de calendário acadêmico em outras grandes universidades federais ocorre de forma bastante diversa. Algumas adotaram períodos excepcionais em meio virtual; outras optaram por já retomar 2020.1 no novo formato. A obrigatoriedade da inserção de professores e alunos depende do caráter regular do período escolhido. Há docentes com recessos já estabelecidos ou sem qualquer previsão. E, enquanto a Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) já projeta o ensino de graduação de 2020.2, com início ainda este ano, existem instituições onde sequer se sabe o que vai acontecer a partir de dezembro.

Obrigados a participar do semestre remoto que corresponde a 2020.1, os professores da UFMG voltaram às aulas em 3 de agosto. Conforme determinação do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (Cepe) da universidade, o período está previsto para terminar em 7 de novembro, seguido de um curto intervalo de recesso até 29 de novembro. O segundo período de 2020 começa no dia seguinte.

Presidente do Sindicato dos Professores de universidades federais de Belo Horizonte, Montes Claros e Ouro Branco (Apubh), Stella Goulart afirma que a UFMG mantém um diálogo insuficiente com as entidades. "É um processo que está sendo conduzido pelos órgãos colegiados da UFMG de forma muito centralizada", explica. Na última assembleia da Apubh, foi proposto o encaminhamento de um ofício para a reitoria, informa Stella. "Reivindicando que o próximo semestre tenha início com um grande congresso universitário, onde a gente possa avaliar a situação", explica.

A UFMG já apresentou um planejamento para a volta às aulas presenciais, exclusiva para atividades que não se adaptam ao modo remoto. "Nosso posicionamento é que isso é um absurdo completo, porque não temos vacina", afirma a professora. "É um negócio insólito e que vai abrir muitas querelas do ponto de vista jurídico, é insustentável", opina.

POUCA DISCUSSÃO NA UFBA

Assim como a UFRJ, a Universidade Federal da Bahia (UFBA) optou por um período suplementar, com atividades online de 8 de setembro até 18 de dezembro. O semestre 2020.1 foi suspenso e será reavaliado pelos conselhos superiores ao final do

FÓRMULAS DIFERENTES PARA O MESMO PROBLEMA

	DATAS PERÍODO REMOTO	OPTOU POR SEMESTRE EXCEPCIONAL	OPTOU PELA RETOMADA DE 2020.1 ONLINE	PREVISÃO DE RECESSO	PRESEÇA FACULTATIVA DE PROFESSORES	PREVISÃO DE RETORNO PRESENCIAL	DECISÕES SOBRE 2020.2 EM DIANTE
UFBA	8 de setembro até 18 de dezembro	Sim	Não	Não há previsão	Sim	Não há previsão	Só será definido novo calendário em dezembro
UFMG	3 de agosto até 7 de novembro	Não	Sim	De 8 a 29 de novembro	Não	Plano de retorno exclusivo para atividades que não se adaptam ao modo remoto.	Início de 2020.2 em 30 de novembro até março de 2021, com recesso de Natal.
UFRGS	19 de agosto até 2 de dezembro	Não	Sim	Não há previsão	Não	Não há previsão	Sem calendário para 2020.2
UNB	17 de agosto até 18 de dezembro	Não	Sim	Não há previsão	Os docentes da instituição são obrigados a cumprir a carga horária mínima	Não há previsão	Sem calendário para 2020.2
UFRJ	24 de agosto até 16 de novembro	Sim	Não	De 17 a 29 de novembro	Sim	Não há previsão	Retomada de 2020.1 em 30 de novembro até 6 de março. Pequeno recesso até o começo de 2020.2, em 22 de março até 12 de junho

“Temos vários casos de professores da UNB que tentaram modificar as férias para outros períodos e não tiveram a oportunidade de remarcar”.

JACQUES DE NOVION
Presidente da AdUNB

ano, para que se decida sobre a retomada presencial em janeiro ou fevereiro, conforme informou a assessoria. A resolução do Conselho Universitário prevê que a participação no Semestre Letivo Suplementar seja facultativa para os docentes e alunos.

Para a diretora do sindicato local dos docentes (APUB), Raquel Nery, houve pouco tempo de discussão do calendário para que os professores, estudantes e técnicos administrativos compreendessem o que iria acontecer. "Isso acabou gerando uma série de dificuldades. Em primeiro lugar, de caráter pedagógico mesmo, estamos falando daquilo que o professor faz na sua relação com o estudante", afirma.

A APUB solicitou à reitoria uma audiência sobre a sequên-

ência do calendário. "A gente está aguardando a resposta. Essa discussão sobre o que serão os próximos semestres na vida da universidade deve ser uma discussão da qual toda a comunidade deve participar", defende Raquel. "Precisamos fazer um pacto sobre isso. Nós, professores das universidades federais, não estamos dispostos a sacrificar a qualidade do nosso trabalho, mas por outro lado a manutenção do modelo de trabalho não pode significar o sacrifício das nossas vidas e daquilo que fazemos", diz.

Mesmo com o respaldo de uma sentença judicial que permite a remarcação das férias dos professores — proibida por uma instrução normativa do governo Bolsonaro — Raquel acredita que será uma questão "difícil de equacionar". "A gente vinha de um período muito longo para reorganizar o calendário por causa da greve de 2015. Este último janeiro foi o primeiro janeiro depois de muito tempo em que a gente teve férias", disse.

SEM SEQUÊNCIA DEFINIDA NA UFRGS

A Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) desenhava o semestre 2020.1 na modalidade Ensino Remoto Emergen-

cial, com aulas entre 19 de agosto e 2 de dezembro, informou a assessoria. Ainda não há definição sobre os próximos períodos letivos. Nem sobre os recessos.

Lúcio Vieira, presidente da Adufrrj, diz que houve um acordo geral dentro da instituição sobre a presença nas aulas remotas, conta o professor. "A universidade retornou e, como ela retornou, deixa de ser facultativa. O que mudou é que a aula não é presencial e, portanto, isso faz parte da nossa atividade", afirma Lúcio.

O presidente da associação docente lembra que o processo de aprovação do calendário ocorreu de forma cautelosa. "A reitoria, à época, com o professor Rui Oppermann que foi reeleito e não foi nomeado (a UFRGS sofreu intervenção do governo Bolsonaro), teve muito cuidado", diz. "Foi aprovado com o debate necessário, mas com tranquilidade".

AMBIENTAÇÃO NA UNB

Na Universidade de Brasília (UnB), as atividades de 2020.1 foram retomadas de modo não presencial em 17 de agosto e seguirão até 18 de dezembro, conforme resolução do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (Cepe). A resolução previu um

período de ambientação de três semanas, nas quais professores, estudantes e técnicos tiveram a oportunidade de se adaptar ao novo formato, informou a assessoria. O calendário de 2020.2 ainda não foi discutido pelo Conselho e não há previsão de retomada de atividades presenciais. "A decisão, quando houver, vai considerar o cenário da pandemia no DF e no Brasil. No momento, a prioridade é manter o isolamento social e, assim, salvar vidas", informa a Administração Superior da UNB. Os docentes da instituição cumprem a carga horária mínima de aula, em consonância com a legislação vigente e as normativas internas da Universidade.

O presidente da Adunb, Jacques de Novion, afirma que a discussão do calendário acadêmico ocorreu de forma "extremamente acelerada". Uma das questões que preocupam são as férias. "Temos vários casos de professores da UnB que tentaram modificar as férias para outros períodos e não tiveram a oportunidade de remarcar". A indefinição quanto à continuidade do calendário também não ajuda nas discussões internas. "Existe um burburinho que em janeiro não haverá atividades na UnB, mas não foi confirmado".

PROFESSORES ELEGEM PRÓXIMA DIREÇÃO DO ANDES EM NOVEMBRO

KELVIN MELO
kelvin@adufrrj.org.br

Entre os dias 3 e 6 de novembro, os professores universitários de todo o país vão escolher a próxima direção do Andes. A eleição será virtual. Duas chapas disputam o pleito: Unidade para Lutar: Em defesa da educação pública e das liberdades democráticas – Chapa 1, da situação; e Renova Andes – Chapa 2, de oposição.

Dois mulheres concorrem à presidência. Rivânia Moura, professora da Faculdade de Serviço Social da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, é a candidata da chapa 1. Celi Taffarel, professora da Faculdade de Educação da Universidade Federal da Bahia, é a candidata da chapa 2. Para início da apresentação das propostas de cada grupo, o **Jornal da AdUFRJ** solicitou uma entrevista aos candidatos ao cargo de 1º vice-presidente da Regional Rio de Janeiro do Andes. O professor Felipe Rosa, diretor da AdUFRJ, candidato da chapa 2, aceitou o convite.

A candidata da chapa 1, professora Elizabeth Carla Vasconcelos Barbosa, da UFF, disse que poderia falar com a reportagem no dia 7 à tarde. Mas, pela manhã, informou que teria uma reunião e pediu que as questões fossem enviadas para o seu e-mail. Informada que deveria ser uma entrevista por telefone, disse que não conseguiria atender à solicitação. No dia 8, para tentar preservar a apresentação da chapa, cinco perguntas foram enviadas por e-mail às 14h51, com prazo de resposta até o meio-dia desta sexta. Após mensagens por whatsapp e cinco ligações telefônicas não atendidas, a professora acusou o recebimento da mensagem por áudio do aplicativo, mas não garantiu que poderia responder a tempo, em função da agenda lotada de compromissos. As respostas não chegaram.

ENTREVISTA | FELIPE ROSA, CANDIDATO A VICE-PRESIDENTE REGIONAL DO ANDES PELA CHAPA 2

“OS PROFESSORES PRECISAM SE SENTIR REPRESENTADOS”

1 – Por que é importante votar na eleição do Andes?

É importantíssimo votar na eleição do Andes. Ao mobilizar para o voto, os docentes acabam criando uma mobilização natural e dizendo o que querem: por que estão votando na chapa 1, por que estão votando na chapa 2. E eu tenho bastante convicção de que o que a maioria quer é o que está materializado no programa da chapa 2, do Renova Andes.

2 – O manifesto da chapa crítica a atual direção do Andes, mas não deixa claro o que vai fazer de diferente, se vencer a eleição. Na prática, que metodologia de debates e votações seria implantada no Sindicato?

A gente está amadurecendo. A metodologia atual, no caso dos congressos e conads, já está implantada há muito tempo. Por mais que a gente não goste, leva um certo tempo para conseguir mudar as coisas. No entanto, inclusive com a experiência do último Conad em que fui delegado, podemos dizer sem medo de errar que essa metodologia de debater as questões importantes do sindicato está ultrapassada. Não é possível, que a gente reúna 400, 500 docentes por congresso, pessoas altamente qualificadas, passar uma semana discutindo e, no final das contas, a gente publicar um documento das ações do sindicato em que 50% são platitudes, 20% a 30% são questões de metodologia e de procedimentos e 20% são de fato questões que mereceriam a atenção dos docentes. Eu defenderia encontros menores e muito mais focados.

3 – A carta-programa da cha-



pa não menciona o debate sobre filiação de central sindical, mas é sabido que o grupo é contra a filiação à Conlutas. Por outro lado, sabe-se que a chapa recebe apoio da CUT, tida pela situação como uma central que não desenvolveu as lutas durante os governos do PT. A vitória da chapa vai levar o Andes para o colo da CUT e do PT?

Não é segredo para ninguém que a chapa Renova Andes tem apoio da CUT. Vários membros proeminentes da chapa são filiados ao PT, tem história dentro do partido. Claro que existe uma associação indireta tanto com a CUT como com o PT. Assim como a chapa 1 tem associação indireta com outros partidos e com a Conlutas. O que vai acontecer depois, caso a gente seja eleito, durante a nossa gestão, eu sinceramente não posso adiantar. Eu pessoalmente defendo a desfiliação

da Conlutas, mas não defendo particularmente a refiliação à CUT. Isso deve vir de um amplo debate com os nossos filiados. Com relação aos governos tanto do Lula como da Dilma, por mais que tenha havido uma certa subordinação em alguns momentos da CUT aos interesses do governo, sou muito mais crítico à postura completamente inflexível da Conlutas contra a gestão do PT. Isso levou, por exemplo, que tanto a Conlutas quanto o Andes tomassem posições historicamente equivocadas, como por exemplo, a rejeição inicial às cotas e uma oposição completamente despropositada ao Reuni.

4 – O manifesto da chapa diz que “Somos trabalhadores e trabalhadoras, mas sabemos que realizamos um tipo particular de trabalho, relacionado com o ensino, a pesquisa e a extensão. Como consequência, nós entendemos a parti-

cularidade de nossas reivindicações e as formas de luta que precisam ser distintas daquelas de outras categorias”. Que formas de luta seriam essas? Onde e quando elas se mostraram eficazes?

As novas formas de luta passam por uma ação direcionada à sociedade, de nos reconectar com a sociedade. Pois só com o apoio da sociedade vamos conseguir alguma coisa. No 15 de maio do ano passado, fizemos uma das maiores manifestações populares recentes, conseguimos fazer essa conexão. Levamos a universidade para a praça. Foi um dia de praça cheia. Com vários segmentos da universidade representados. E isso fez parte de um movimento maior. Por que foi um sucesso? Porque foi feito com esse novo diálogo com a sociedade. A sociedade quer uma universidade que funcione, que seja ampla, que acolha os alunos.

Uma outra forma é o Observatório do Conhecimento. A AdUFRJ capitaneou essa iniciativa que conta com mais de 10 ADs parceiras. É um fórum onde a gente pode discutir ações para mostrar o que se faz de bom na universidade, de dar publicidade a todo esse trabalho que se desenvolveu durante a pandemia. Temos ADs ligadas ao Andes, ao Proifex (federação de sindicatos que representa parte dos docentes universitários federais) e independentes. São ADs que entenderam que esse debate no Andes estava interdito... ok, talvez não interdito, mas certamente sufocado. O ideal é engajar a sociedade, mas o primeiro passo é engajar nosso próprio docente. Eles só estarão engajados se eles se sentirem representados de alguma forma. Se eles sentirem que os representantes sindicais só defendem pautas alheias aos seus interesses, claro que eles vão se afastar. Isso ocorreu nacionalmente. E na UFRJ até 2015.

5 – Qual a posição da chapa em relação ao Marco Legal de Ciência, Tecnologia e Inovação?

A carta-programa é omissa em relação ao tema. Não existe. Esse tema não é livre de controvérsias. Eu, por exemplo, acho a iniciativa muito boa, mas há críticas razoáveis a serem feitas. O Renova não centraliza, procuramos agregar. Haverá diferentes pontos de vista, mas é importante frisar que não existe uma oposição sistêmica ao Marco, de forma alguma. Pretendemos fazer uma gestão de muito diálogo com a SBPC, com as sociedades científicas específicas, com a ABC, enfim, com todo o mundo acadêmico.

MUNDO DA LUA

Ministro da Ciência e Tecnologia visita a universidade, reclama do orçamento e parece não fazer parte do governo

ELISA MONTEIRO
elisamonteiro@adufrrj.org.br

Um contraditório Marcos Pontes visitou a UFRJ na segunda-feira (5). Para a imprensa, discurso de loas às universidades e elogios ao governo pelos investimentos em infraestrutura de pesquisa. Em um encontro mais reservado com dirigentes da instituição, a exposição da dura realidade da Ciência no país gerido por Bolsonaro. Depois da agenda aberta à cobertura dos jornalistas, o ministro da Ciência, Tecnologia e Inovação participou de uma conversa com representantes do Consuni e parte da equipe da reitoria, na sala dos Colegiados Superiores. A questão orçamentária dominou a reunião de quase uma hora. Nela, o ministro informou que o corte de 15% do orçamento previsto para 2021 impactará as bolsas de pesquisa. Até aí, nenhuma novidade. Mas, segundo ele, as complementações conseguidas nos últimos dois anos com o Ministério da Economia, desta vez, estarão fora do radar.

O ex-astronauta Pontes parece não ter voltado do espaço, quando destacou “um Congresso Nacional favorável à Ciência”. Citou como exemplo a tramitação amigável do Projeto de Lei Complementar (PLP 135) que transforma o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) em um fundo financeiro, proibindo o contingenciamento dos recursos. O PLP foi aprovado por 71 votos a 1 no Senado e agora depende da Câmara. Só “esqueceu” de mencionar todos os outros projetos que desmontam o serviço público, como a PEC da reforma administrativa.

Não há dúvidas de que o mi-



MARCOS PONTES disse que não haverá como complementar os recursos para bolsas de pesquisa em 2021

nistro valoriza a pasta que comanda. Mas, egresso do meio militar, não entende como funcionam as universidades, responsáveis pela maior parte da produção científica nacional. Pontes defendeu um ajuste de “linguagem” e “sinergia” entre a pasta e a universidade e expressou o desejo do governo de mais engajamento “no desenvolvimento de inovações para produtos, empregos e empresas”. Parecia um Abraham Weintraub citando o maldadado Future-se. O vice-reitor Carlos Frederico Leão Rocha ressaltou que “universidade contribui para a inovação, formando alunos inovadores e com ideias que podem ser utilizada pelo setor privado”.

PARA A IMPRENSA

Diante dos microfones da mídia, Pontes tinha virado rapidamente a “chave”. O ministro acompanhou o início dos primeiros ensaios clínicos com a vacina BCG para prevenção

da Covid-19. Em seguida, participou da inauguração de um laboratório de campanha com capacidade para análise de 300 testes moleculares, do tipo PCR, o mais preciso, por dia. afirmou que aposta alto no retorno da pesquisa brasileira. “Com o conhecimento que temos aqui, somos um país capaz de desenvolver e produzir uma vacina”, declarou. Segundo Pontes, atualmente, 15 protocolos de vacinas são desenvolvidos por cientistas brasileiros. E outros 12 laboratórios de campanha estão em vias de ser inaugurados.

Foi a primeira visita do ministro à instalações da universidade na atual reitoria. Durante a agenda, a reitora Denise Pires de Carvalho lembrou outras ações da UFRJ de combate à pandemia, como a atuação do GT Coronavírus e a produção de mais de 80 toneladas de álcool. Na ocasião, a reitoria considerou que a presença do ministro confirma o protagonismo da UFRJ



NEILA ROCHA - ASCOM/MCTI

te a imunidade inata”, explica a pesquisadora. “Além disso, vários estudos demonstram o efeito heterólogo da vacina BCG, ou seja, um efeito além do seu propósito principal, com redução das taxas de infecções respiratórias bacterianas e virais em crianças”, acrescenta. O aprofundamento da linha de investigação, no Brasil, é facilitado pelo fato de a BCG fazer parte do calendário vacinal, tal como em países europeus e EUA.

Mil profissionais de saúde serão recrutados, nos próximos dois a três meses. Eles serão vacinados com a BCG e acompanhados pelos próximos seis a 12 meses. Nunca ter tido Covid-19 está entre os critérios para resultados confiáveis e seguros. O aporte de R\$ 1 milhão destinado à pesquisa pelo MCTI foi aplicado na aquisição de insumos para a realização dos testes laboratoriais. “Entre eles RT-PCR e sorologia para coronavírus, além de dosagem de biomarcadores que auxiliam na compreensão da resposta imunológica contra o SARS-Cov-2”, descreve Fernanda. Também foram adquiridos equipamentos que darão suporte ao processo de vacinação, como equipamentos para a conservação das vacinas.

PESQUISA DE PONTA, APESAR DO GOVERNO

Apesar dos reduzidos investimentos em Ciência, os professores fazem pesquisa de excelência. Uma delas relacionada à vacina BCG. A professora Fernanda Mello, diretora do Instituto de Doenças do Tórax explica que a vacina – geralmente aplicada na infância para prevenir casos graves de tuberculose – não substituirá uma eventual imunização específica contra o novo coronavírus. Contudo, uma segunda dose – já que ela perde força ao longo dos anos – poderá oferecer benefícios de profilaxia, aumentando a imunidade.

“A vacina BCG atuará estimulando o sistema imunológico do organismo, especificamen-

Já o laboratório de campanha da UFRJ tem como objetivo aprimorar os diagnósticos dos testes no estado, além de aumentar a segurança biológica. Coordenador da iniciativa, professor Amílcar Tanuri, destacou, à imprensa, a importância científica de um laboratório deste tipo em funcionamento na universidade: “Neste laboratório, o teste se transforma em pesquisa também. A vantagem de se colocar um laboratório em estrutura de universidade é que o teste auxilia o paciente e também movimenta a pesquisa na área”. Segundo informou, a UFRJ já realizou mais de 30 mil testes diagnósticos de

REITORA PEDE MAIS RECURSOS. MEC NEGA

A UFRJ segue seu calvário por mais recursos financeiros. Há 15 dias, a reitora, professora Denise Pires, solicitou uma agenda com o ministro da Educação, Milton Ribeiro, para pedir suplementação orçamentária. O encontro ocorreu presencialmente, em Brasília, na última terça-feira, 6. Denise foi acompanhada do diretor do hospital, professor Marcos Freire. Os dois

levaram documentos mostrando que a receita da universidade acaba em novembro e que não há dinheiro para pagar as despesas até o final do ano. A preocupação da reitora, no entanto, não sensibilizou o ministro. O Ministério da Educação disse que a universidade já recebeu todo o recurso de custeio de 2020 e que não há mais verbas para enviar à UFRJ.



OPORTUNIDADE NO MUSEU NACIONAL

O projeto Museu Nacional Vive abriu processo seletivo para contratação de 13 consultores especializados, que contribuirão para o desenvolvimento da nova museografia da instituição. A co-

ordenação do processo seletivo é da representação da Unesco. Há oportunidades nas áreas de pesquisa de conteúdos para exposições de Ciências Naturais e Antropologia, incluín-

do culturas indígenas e afro-brasileiras; assessoria em cooperação nacional e internacional para novas aquisições e assistência de gestão. Mais informações no site da UFRJ.

MINISTRO DO STF EXIGE RESPEITO À AUTONOMIA

DA REDAÇÃO

comunica@adufrrj.org.br



a ordem de indicações, representa ingerência que afeta a universidade em sua capacidade de se autorregular enquanto autarquia especial”, escreveu Fachin em seu voto. “A nomeação não é instrumento de gestão porque não deve ser veículo de ingerência”, completa, em outro trecho. Para Fachin, autonomia universitária também não é sinônimo de soberania. E elenca os dispositivos que o governo possui para fiscalizar as atividades acadêmicas. “Na forma do art. 74 da CRFB/1988, a Controladoria Geral da União poderá fiscalizar a aplicação de verbas federais no contexto universitário. Também está plenamente legitimada, de um ponto de vista constitucional, a função reguladora exercida pelo Ministério da Educação (MEC) em sede de graduação e pós-graduação no país”.

Os efeitos da liminar são válidos a partir da data de protocolo da ADI no Supremo, em 22 de setembro. Ou seja, não modifica a situação nas universidades onde já ocorreram as intervenções. Mas faz uma sinalização positiva para 13 instituições que aguardavam a decisão

atribuído expressamente pelo texto constitucional, e decorre de concretização legal de poderes gerais do Presidente da República, há um forte ônus argumentativo para que se afaste, simplesmente com base em certa concepção da discricionariedade administrativa, a autonomia universitária exercida em consulta eleitoral democrática.

Entendo, portanto, presente o requisito do *fumus boni iuris*.

7. Entendo também estar presente o risco de demora da decisão a justificar o deferimento da medida cautelar.

Para além do quadro fático e normativo até aqui reconstruído, a petição inicial indica a proximidade iminente da nomeação de diversos Reitores e Vice-Reitores em algumas das principais universidades federais do país.

Tratando-se da dimensão institucional destas autarquias, e da evidente necessidade de manutenção de um arcabouço regulatório para o planejamento e a devida continuidade dos serviços públicos prestados, a legítima controvérsia jurídica aqui delineada pode causar dano irreparável até a decisão final. O peso político e administrativo de possíveis violações à autonomia universitária revela-se preocupante para os destinos dos mais do que nunca necessários ensino, pesquisa e extensão.

Por essa razão, considero estar presente o *periculum in mora*.

8. Ante o exposto, defiro parcialmente a cautela requerida, conferindo interpretação conforme ao art. 16, I, da Lei nº 5.540/1968, e ao art. 1º do Decreto nº 1.916/96, com efeitos a partir da data do protocolo no STF desta ADI 6565, preservadas as situações jurídicas anteriores ao ajuizamento mencionado, a fim de que a nomeação, em respeito à previsão expressa do art. 207 da CF segundo a qual as universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, atenda concomitantemente aos seguintes requisitos: (I) se ater aos nomes que figurem na respectiva lista tríplice; (II) respeitar integralmente o procedimento e a forma da organização da lista pela instituição universitária; e (III) recaia sobre o docente indicado em primeiro lugar na lista.

do presidente, além da Universidade Federal do Pará — que teve o processo devolvido pela Casa Civil (leia mais abaixo). A decisão do ministro Fachin respalda posicionamento divulgado pela associação nacional dos reitores das federais (Andifes), em 21 de setembro. “A Andifes, em reunião do seu Conselho Pleno, realizada

no dia 18 de setembro de 2020, ouvindo também as entidades que representam os docentes, os técnicos administrativos, os estudantes e a comunidade científica, deliberou por reafirmar sua posição em favor da nomeação como reitor da universidade federal, pelo Sr. presidente da República, do primeiro colocado na lista tríplice”.

Notícia esperançosa para a autonomia universitária. O ministro do STF Edson Fachin deferiu liminar que impede a intervenção do governo na escolha dos reitores das universidades federais. A decisão, proferida nesta sexta-feira (9), diz que a indicação do presidente da República deve se ater aos nomes da lista tríplice; respeitar integralmente o procedimento e a forma da organização da lista pela instituição universitária; e recair sobre o docente indicado em primeiro lugar. Desde o início do mandato, Bolsonaro já interveio nas eleições de 14 universidades e institutos. Ainda na sexta, o ministro Ricardo Lewandowski acompanhou o voto de Fachin.

A sentença não é definitiva. Até 19 de outubro, os outros nove ministros da Corte também deverão se manifestar sobre a Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI 6565) ajuizada pelo Partido Verde e que contou com a União Nacional dos Estudantes (UNE), como interessada na questão. A peça questiona o poder do presidente nas últimas nomeações. Se pelo menos mais quatro ministros acompanharem o voto do relator do processo, o ministro Fachin, o governo será obrigado a nomear os reitores indicados em primeiro lugar nas listas tríplices. O presidente da UNE, Iago Montalvão, comemorou em seu perfil no Twitter. “O Ministro Edson Fachin, relator da Ação Direta de Inconstitucionalidade contra as nomeações antidemocráticas de Bolsonaro para reitorias das universidades federais, proferiu seu voto defendendo que o mais votado seja eleito. Um passo importante!”.

O VOTO

“O uso de poder discricionário para, sem justificativa razoável, romper com

INTERVENTÔMETRO

INTERVENÇÃO EM 14 UNIVERSIDADES E INSTITUTOS

Fachin concedeu a liminar dez dias depois de o ministro da Educação, Milton Ribeiro, admitir que não entende a importância da democracia interna para o funcionamento das universidades. Em entrevista ao portal bolsonarista Brasil sem Medo, divulgada no dia 29, disse: “No caso das listas tríplices das universidades, vamos seguir exatamente o que diz a lei: a palavra final é do presidente da República. Se ele escolhe sempre o nome mais alinhado com o governo, é isso que nós vamos defender”. A política de confronto com a comunidade acadêmica já resultou em 14 intervenções no comando de universidades e institutos federais. E em tantos processos eleitorais. Confira o “interventômetro”.



X (14)

SOFRERAM INTERVENÇÃO:

Nomeado o 2º colocado:
UFES – UFTM – IFSC

Nomeado o 3º colocado:
Unifesspa – UFRGS – UFFS – UFRB – UFC – UFERSA – UFVJM

Nomeado não participou do processo:
UNIVASF – IFRN – UFGD

Nomeado de fora: **CEFET-RJ**

(4)

COM ELEIÇÃO EM ANDAMENTO:
FURG – UFPEI – UFOP – UFU

(1)

MEC RECUSOU LISTA: UFPA

(1)

CASO SINGULAR: UNIRIO – nomeado não participou da consulta, mas venceu no Colégio Eleitoral

? (13)

AGUARDAM DECISÃO DO PRESIDENTE:

UnB – UFMT – UNIR – IFMA – UFPA – UFPI – UFS – UNIFEI – UFSCar – IF Farroupilha – IF Norte de Minas Gerais – IF Roraima – UFPR